



Demonstrações financeiras consolidadas

30 de setembro de 2016

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1 DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
1.1 RESULTADOS	4
1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO	6
1.3 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE JULHO E 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015	8
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	11
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	16
1 Informação geral	16
2 Base de preparação	20
3 Principais políticas contabilísticas	20
4 Informação por segmentos	25
5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis	28
6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	32
7 Imposto sobre o rendimento	34
8 Ativos e passivos financeiros	39
9 Ativos disponíveis para venda	41
10 Clientes e outras contas a receber	45
11 Instrumentos financeiros derivados	46
12 Caixa e equivalentes de caixa	51
13 Capital social e ações próprias	51
14 Empréstimos obtidos	53
15 Obrigações de benefícios de reforma e outros	56
16 Provisões para outros riscos e encargos	57
17 Fornecedores e outras contas a pagar	58
18 Vendas e prestação de serviços	59
19 Rendimentos e gastos de construção	59
20 Outros rendimentos operacionais	60

21	Fornecimentos e serviços externos	60
22	Gastos com pessoal	61
23	Outros gastos operacionais	61
24	Gastos de financiamento e rendimentos financeiros	62
25	Contribuição extraordinária sobre o setor energético	62
26	Resultado por ação	63
27	Dividendos por ação	63
28	Garantias prestadas	64
29	Partes relacionadas	64
30	Eventos subsequentes	68

1 DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 RESULTADOS

No 3º trimestre de 2016, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 70,5 milhões de Euros, um decréscimo de 21,2 milhões de Euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciado pelos efeitos positivos não recorrentes verificados em 2015 com a venda da participação de 1% que o Grupo detinha na Enagás (-16,1 milhões de Euros no resultado líquido), e com a recuperação de impostos associados à imparidade/reavaliação de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP (9,9 milhões de Euros), efeitos estes parcialmente compensados pelo bom desempenho do resultado financeiro em 2016. De salientar que os resultados de 2016 refletem a manutenção da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, à semelhança do ano anterior (25,9 milhões de Euros em 2016 e 25,4 milhões de Euros em 2015).

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o resultado líquido apresentou um crescimento de 3,3% (+ 3,1 milhões de Euros).

O resultado financeiro registou uma melhoria de 10,0% (+7,1 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior, refletindo a redução de 0,52 p.p. no custo médio de financiamento, de 3,96% no 3º trimestre de 2015 para 3,44% no mesmo período de 2016, apesar do aumento de 1,5% na dívida líquida para os 2.484,9 milhões de Euros.

O investimento atingiu 73,4 milhões de Euros e as transferências para exploração foram de 21,1 milhões de Euros, um decréscimo de 72,4 milhões de Euros e 58,4 milhões de Euros, respectivamente, quando comparado com o ano anterior. De igual modo, o RAB médio diminuiu 32,2 milhões de Euros (-0,9%), situando-se nos 3.502,0 milhões de Euros.

Principais Indicadores (milhões de euros)	Setembro 2016	Setembro 2015	Var. %
EBITDA	357,2	372,3	-4,1%
Resultado financeiro ¹	-63,4	-70,5	10,0%
Resultado líquido	70,5	91,6	-23,1%
Resultado líquido recorrente	96,4	93,3	3,3%
Investimento	73,4	145,8	-49,7%
Transferências para Exploração (a custos históricos) ²	21,1	79,6	-73,4%
RAB médio (a custos de referência)	3.502,0	3.534,2	-0,9%
Dívida líquida	2.484,9	2.447,0	1,5%
Custo médio da dívida	3,44%	3,96%	-0,52p.p.

¹ Os custos financeiros de 0,5 milhões de Euros em Setembro de 2016 e proveitos de 0,3 milhões de Euros em Setembro de 2015 decorrentes dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal - denominados FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

² Inclui aquisições diretas (RAB related).

RESULTADO OPERACIONAL - EBITDA

O EBITDA situou-se nos 357,2 milhões de Euros, um decréscimo de 4,1% (-15,1 milhões de Euros) face ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA (milhões de Euros)	Setembro 2016	Setembro 2015	Var. %
1) Proveitos de ativos	337,0	330,8	1,9%
Remuneração do RAB	161,1	161,8	-0,4%
Diferenças de alisamento (gás)	-1,1	-2,6	56,1%
Remuneração de terrenos	0,2	0,2	-4,5%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,5	0,5	-1,2%
Remuneração de ativos em fim de vida	14,9	13,9	7,1%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	147,8	143,5	3,0%
Amortização dos subsídios ao Investimento	13,6	13,5	0,7%
2) Proveitos de Opex	70,8	68,4	3,6%
3) Outros proveitos	11,9	34,4	-65,5%
4) TPE's (capitalizados no investimento)	11,4	12,0	-5,1%
5) Rendimentos de construção - Ativos concessionados (excl. TPE's capitalizados no investimento)	61,9	133,5	-53,6%
6) OPEX	73,7	72,9	1,1%
Custos com pessoal ³	37,8	38,9	-2,7%
Custos externos	35,9	34,1	5,4%
7) Gastos de construção - Ativos concessionados	61,9	133,5	-53,6%
8) Provisões/(reversão)	0,3	-0,2	n.m.
9) Imparidades/(reversão)	-0,1	0,6	n.m.
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	357,2	372,3	-4,1%

A contribuir para a evolução negativa do EBITDA está essencialmente o efeito não recorrente da mais-valia gerada em 2015 com a venda da participação de 1% que a REN detinha na Enagás (-20,1 milhões de Euros no EBITDA), parcialmente compensado pelo crescimento dos proveitos de ativos, nomeadamente:

A evolução dos proveitos de recuperação de amortizações (+ 4,5 milhões de Euros), consistente com o aumento da base de ativos bruta regulada.

Por sua vez, o OPEX do grupo aumentou 1,1% (+ 0,8 milhões de Euros), refletindo o aumento de 2,2 milhões de Euros nos custos externos não core (custos pass-through), enquanto que os custos externos core e os custos com pessoal diminuíram 1,4% e 2,7%, respectivamente.

³ Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 3º trimestre de 2016 situou-se nos 70,5 milhões de Euros, um decréscimo de 21,2 milhões de Euros (-23,1%) face ao mesmo período do ano anterior, influenciado pela redução de 15,1 milhões de Euros no EBITDA, cuja evolução foi afetada pela mais-valia gerada em 2015 com a venda da participação de 1% que a REN detinha na Enagás (- 20,1 milhões de Euros de efeito no EBITDA; - 16,1 milhões de Euros de efeito no resultado líquido), e pelo aumento dos impostos, explicado pelo efeito não recorrente positivo em resultados de 9,9 milhões de Euros em 2015 com a recuperação de impostos associados à imparidade/reavaliação de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP.

Por outro lado verificou-se uma melhoria do resultado financeiro (+ 7,1 milhões de Euros, +10,0%), reflectindo a redução de 0,5 p.p. no custo médio de financiamento, de 3,96% para 3,44%, apesar da evolução da dívida líquida, que cresceu 1,5% para os 2.484,9 milhões de Euros.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente do 3º trimestre de 2016 apresenta um crescimento de 3,3% (+ 3,1 milhões de Euros). Os itens não recorrentes considerados no 3º trimestre de 2016 e 2015 são os seguintes:

Em 2016: i) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2016 (25,9 milhões de Euros).

Em 2015: i) *cost of carry* do penhor do Banco Europeu de Investimento (2,9 milhões de Euros; 2,0 milhões de Euros após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético definida no Orçamento de Estado para 2015 (25,4 milhões de Euros); iii) Mais-valia gerada com a venda da participação detida na empresa Enagás (- 20,1 milhões de Euros; - 16,1 milhões de Euros após efeito fiscal); iv) efeito relativo à recuperação de impostos associados à reavaliação de ativos (9,9 milhões de Euros; 9,7 milhões de Euros líquidos de custos associados e após efeito fiscal).

Resultado líquido (milhões de Euros)	Setembro 2016	Setembro 2015	Var. %
EBITDA	357,2	372,3	-4,1%
Amortizações	160,5	156,4	2,6%
Resultado financeiro ⁴	-63,4	-70,5	10,0%
Imposto do Exercício	36,9	28,4	30,0%
Contribuição extraordinária s/ setor energético	25,9	25,4	1,9%
Resultado líquido	70,5	91,6	-23,1%
Itens não recorrentes	25,9	1,7	1402,5%
Resultado líquido recorrente	96,4	93,3	3,3%

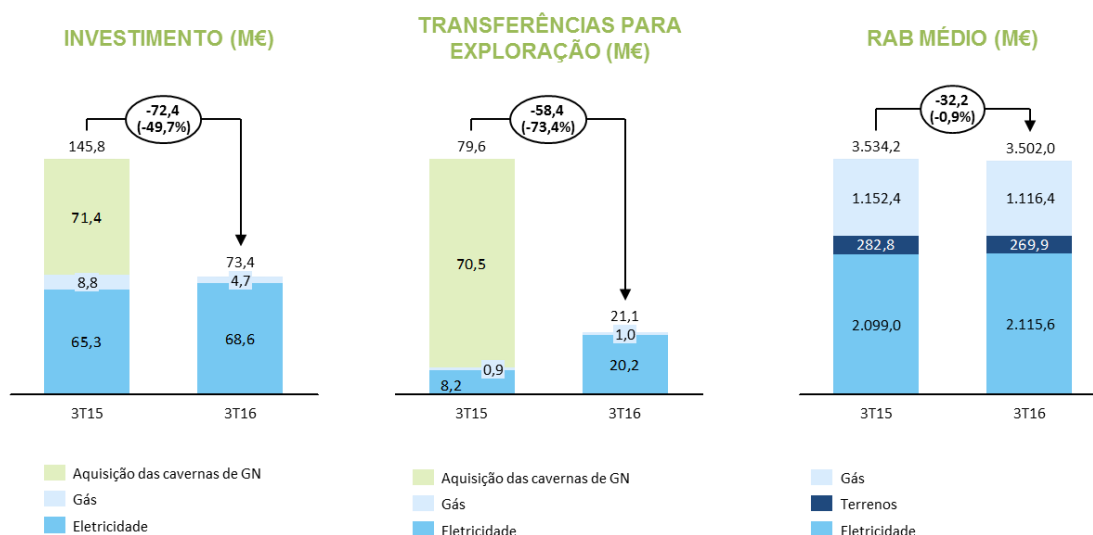
1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

⁴ Os custos financeiros de 0,5 milhões de Euros em Setembro de 2016 e proveitos de 0,3 milhões de Euros em Setembro de 2015 decorrentes dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominados FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

No 3º trimestre de 2016, o investimento atingiu 73,4 milhões de Euros, uma redução de 72,4 milhões de Euros (-49,7%) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 21,1 milhões de Euros, uma redução de 58,4 milhões de Euros (-73,4%). Para esta redução contribui essencialmente a evolução no setor do gás natural, refletindo o efeito da aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural à Galp em maio de 2015 (71,4 milhões de Euros em investimento e 70,5 milhões de Euros em transferências para exploração).

No setor elétrico, o investimento no 3º trimestre ascendeu a 68,6 milhões de Euros, com destaque para a Linha Pedralva - Ponte de Lima (9,1 milhões de Euros), parte integrante do novo eixo a 400kV entre as zonas do Porto e Minho, a remodelação das subestações do Carregado (4,3 milhões de Euros) e Porto Alto (4,7 milhões de Euros), o projeto da instalação inicial da subestação de Alcochete (5 milhões de Euros) e a linha Terras Altas Fafe-Riba D'Ave (2,7 milhões de Euros).

O RAB médio diminuiu 32,2 milhões de Euros (-0,9%), situando-se nos 3.502,0 milhões de Euros. Este decréscimo reflecte a redução de 3,1% no setor do gás natural (- 36,0 milhões de Euros) e - 4,5% nos terrenos (- 12,9 milhões de Euros), parcialmente compensado por um aumento de 0,8% na eletricidade (+ 16,7 milhões de Euros).



1.3 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE JULHO E 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

Demonstrações consolidadas dos resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.07.2016 a 30.09.2016	01.07.2015 a 30.09.2015
Vendas	47	132
Prestações de serviços	133.226	131.858
Rendimentos de construção em ativos concessionados	35.680	46.857
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	257	138
Outros rendimentos operacionais	5.057	5.006
Total dos rendimentos operacionais	174.267	183.992
Custo das vendas	(43)	(111)
Gastos de construção em ativos concessionados	(31.650)	(42.490)
Fornecimentos e serviços externos	(10.236)	(8.120)
Gastos com pessoal	(12.488)	(12.529)
Depreciações e amortizações do exercício	(53.492)	(52.314)
Outros gastos operacionais	(2.968)	(2.803)
Total dos gastos operacionais	(110.877)	(118.367)
Resultado operacional	63.390	65.624
Gastos de financiamento	(23.238)	(25.449)
Rendimentos financeiros	1.542	(463)
Dividendos de empresas participadas	-	351
Resultado financeiro	(21.696)	(25.561)
Resultado consolidado antes de impostos	41.694	40.063
Imposto sobre o rendimento	(11.771)	(11.006)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	-	(12.722)
Resultado líquido consolidado do período	29.923	16.335
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	29.923	16.335
Interesses não controlados	-	-
Resultado líquido consolidado do período	29.923	16.335
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,06	0,03

Demonstrações consolidadas do rendimento integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>01.07.2016 a 30.09.2016</u>	<u>01.07.2015 a 30.09.2015</u>
Resultado líquido consolidado do período	29.923	16.335
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) actuariais	-	308
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	-	(89)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:		
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	(1.749)	(4.958)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	367	1.041
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	(4.535)	3.059
Efeito fiscal da reserva de justo valor	952	(643)
Total do rendimento consolidado integral do período	<u>24.959</u>	<u>15.054</u>
Atribuível a:		
Acionistas	24.959	15.054
Interesses não controlados	-	-
	<u>24.959</u>	<u>15.054</u>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

30 DE SETEMBRO DE 2016

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Set 2016	Dez 2015
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	531	695
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.781.998	3.869.085
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	15.571	14.588
Ativos disponíveis para venda	9	155.446	154.862
Instrumentos financeiros derivados	11	37.708	10.157
Outros ativos financeiros	8	12	7
Clientes e outras contas a receber	10	116.693	133.676
Ativos por impostos diferidos	7	66.180	65.838
		4.177.913	4.252.682
Corrente			
Inventários		2.900	2.985
Clientes e outras contas a receber	10	315.735	263.766
Instrumentos financeiros derivados	11	776	-
Imposto sobre o rendimento a receber	7	-	5.358
Outros ativos financeiros	8	1.340	1.510
Caixa e equivalentes de caixa	12	71.724	63.652
		392.475	337.271
Total do Ativo	4	4.570.388	4.589.953
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	315.789	325.619
Resultados acumulados		217.463	196.253
Outras variações no capital próprio		30	30
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		70.453	116.115
Total capital próprio		1.127.008	1.161.289
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	2.148.070	1.891.245
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	125.766	129.217
Instrumentos financeiros derivados	11	21.526	8.426
Provisões para outros riscos e encargos	16	6.014	5.717
Fornecedores e outras contas a pagar	17	322.181	332.232
Passivos por impostos diferidos	7	80.402	88.249
		2.703.959	2.455.086
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	452.973	650.755
Provisões para outros riscos e encargos	16	817	1.171
Fornecedores e outras contas a pagar	17	267.037	315.735
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	16.410	-
Instrumentos financeiros derivados	11	2.184	5.918
		739.422	973.579
Total Passivo	4	3.443.381	3.428.664
Total do capital próprio e passivo		4.570.388	4.589.953

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Set 2016	Set 2015
Vendas	4 e 18	201	532
Prestações de serviços	4 e 18	403.632	396.493
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	73.320	145.490
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	983	534
Outros rendimentos operacionais	20	15.320	35.869
Total dos rendimentos operacionais		493.455	578.918
Custo das vendas		(250)	(536)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(61.910)	(133.469)
Fornecimentos e serviços externos	21	(26.283)	(24.786)
Gastos com pessoal	22	(37.563)	(38.762)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(160.529)	(156.417)
Reversões / (reforços) de provisões	16	(322)	245
Reversões / (perdas) por imparidade	9 e 10	120	(600)
Outros gastos operacionais	23	(9.633)	(9.021)
Total dos gastos operacionais		(296.372)	(363.346)
Resultado operacional		197.083	215.571
Gastos de financiamento	24	(74.001)	(80.553)
Rendimentos financeiros	24	5.911	6.004
Dividendos de empresas participadas	9	4.260	4.387
Resultado financeiro		(63.830)	(70.163)
Resultado consolidado antes de impostos		133.253	145.409
Imposto sobre o rendimento	7	(36.862)	(28.354)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(25.938)	(25.445)
Resultado líquido consolidado do período		70.453	91.609
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		70.453	91.609
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		70.453	91.609
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	26	0,13	0,17

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	30 de setembro	
		2016	2015
Resultado líquido consolidado do período		70.453	91.609
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados:</i>			
Ganhos / (perdas) actuariais		(87)	1.048
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	7	25	(304)
Outras variações de capital próprio		-	30
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i>			
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	(15.724)	11.141
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	3.302	(2.340)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	289	6.094
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	(1.889)	(422)
<i>Ajustamentos de reclassificação:</i>			
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	-	(20.083)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	-	3.966
Total do rendimento consolidado integral do período		56.369	90.740
Atribuível a:			
Acionistas		56.369	90.740
Interesses não controlados		-	-
		56.369	90.740

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas								Total	
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras Reservas	Outras variações	Resultados acumulados		Resultado período
A 1 de janeiro de 2015		534.000	(10.728)	97.295	60.313	(19.468)	177.482	-	183.896	112.777	1.135.567
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(10.445)	8.801	-	30	744	91.609	90.740
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	5.313	-	-	-	-	107.464	(112.777)	-
A 30 de setembro de 2015		534.000	(10.728)	102.608	49.869	(10.667)	177.482	30	201.454	91.609	1.135.656
A 1 de janeiro de 2016		534.000	(10.728)	102.608	54.489	(8.960)	177.482	30	196.253	116.115	1.161.289
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(1.599)	(12.422)	-	-	(62)	70.453	56.369
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	4.192	-	-	-	-	111.922	(116.115)	-
A 30 de setembro de 2016		534.000	(10.728)	106.800	52.890	(21.382)	177.482	30	217.463	70.453	1.127.008

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Set 2016</u>	<u>Set 2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1.385.544	1.500.688
Pagamentos a fornecedores		(1.036.350)	(1.148.832)
Pagamentos ao pessoal		(47.828)	(46.946)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(21.858)	(19.309)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(32.844)	(67.292)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		<u>246.663</u>	<u>218.309</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos disponíveis para venda	9	-	63.278
Ativos fixos tangíveis		-	3
Outros ativos financeiros		-	1.422
Subsídios ao investimento		100	4.123
Juros e rendimentos similares		5	139
Dividendos	9	5.466	5.513
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos disponíveis para venda		(202)	-
Ativos fixos tangíveis		(19)	(2)
Ativos intangíveis - ativos de concessão		(110.462)	(175.089)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		<u>(105.111)</u>	<u>(100.613)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4.313.500	1.824.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4.267.284)	(1.838.764)
Juros e gastos similares		(101.697)	(70.210)
Dividendos	27	(90.650)	(90.650)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		<u>(146.132)</u>	<u>(175.625)</u>
Aumento líquido (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(4.580)	(57.928)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	63.539	112.599
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	<u>58.960</u>	<u>54.671</u>
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	12	21	21
Descobertos bancários	12	(12.764)	(14.123)
Depósitos bancários	12	71.703	68.773
		<u>58.960</u>	<u>54.671</u>

(a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

1 Informação geral

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma

remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid, foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 30 de setembro de 2016 a REN possui ainda:

- a) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;
- b) Duas participações de 10%: (i) no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único e (ii) no capital social da Coreso, S.A. (“Coreso”), entidade que assiste os operadores das redes de transporte (“TSO”) Europeus em atividade de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

c) Participações no capital social das empresas: (i) Medgrid, SAS, participação de 8%; (ii) Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”), participação de 7,5%; e (iii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%; e

d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede eléctrica em Espanha;

Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	30 de setembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
		Percentagem de capital detido Grupo	Individual	Percentagem de capital detido Grupo	Individual
EMPRESA MÃE:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS					
Segmento da Electricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do mar	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projectos e empreendimentos no sector do gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2016 face ao reportado em 31 de dezembro de 2015.

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas semestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 4 de novembro de 2016. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2016.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”),

emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2015. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2010-2012 incidiram na revisão, nomeadamente, da IAS 16 (esclarece o tratamento contabilístico a aplicar quando a entidade adote o método de revalorização na mensuração subsequente de Ativos fixos tangíveis), IFRS 3 (clarifica alguns aspetos no registo de uma retribuição contingente incluída numa concentração de atividade empresarial) e IFRS 8 (introduz novos requisitos de divulgação: (i) julgamento da gestão para agregação de segmentos operacionais, e (ii) reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos da entidade).

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 19 "Benefícios dos Empregados" (alteração) - Esta alteração vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 1 "Apresentação de Demonstrações Financeiras" (alteração) - Esta alteração faz parte de um projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (*Disclosure initiative*), constituindo esta revisão o primeiro passo desse projeto. Consequentemente, esta alteração procede à alteração de um conjunto de divulgações previstas na IAS 1.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2012-2014 incidiram na revisão das seguintes normas: IFRS 5 (clarifica que a reclassificação de Ativo para distribuição aos proprietários para Ativo detido para venda, ou o contrário, não se qualifica como uma alteração ao plano inicial de vender); IFRS 7 (esta emenda insere informação adicional relativa ao conceito de Envolvimento continuado); IAS 19 (visa clarificar o modo de cálculo da taxa de desconto, indicando que o cálculo deve ser determinado por referência a obrigações de alta qualidade); e IAS 34 (esclarece a forma como devem ser apresentadas as divulgações no âmbito do relato financeiro intercalar).

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 27 "Demonstrações financeiras separadas" (alteração) - Esta alteração visa restabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e associadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 16 "Ativos fixos tangíveis" e IAS 41 "Agricultura" (alteração) - Introduz alterações ao tratamento contabilístico dos ativos biológicos, de acordo com o qual as Plantas destinadas à produção devem ser contabilizadas do mesmo modo que os Ativos fixos tangíveis, de acordo com a IAS 16, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 16 “Ativos fixos tangíveis” e IAS 38 “Ativos intangíveis” (alteração) - As emendas vêm clarificar quais os métodos de depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que são permitidos.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IFRS 11 “Acordos conjuntos” (alteração) - Esta alteração exige ao adquirente de uma participação numa operação conjunta, em que a atividade é um negócio (como definido na IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais): (i) aplicar todos os princípios contabilísticos de concentrações de atividades empresariais previstos na IFRS 3 e outras IFRS, com exceção dos princípios que entram em conflito com a orientação da IFRS 11; e (ii) divulgar as informações requeridas pela IFRS 3 e outras IFRS para concentrações de atividades empresariais.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IFRS 10, 12 e IAS 28 (alteração) - Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa-mãe intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, clarifica que a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, é extensível a uma entidade que não uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma entidade de investimento.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura. A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade.
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	-	A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 15- Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma pretende substituir as atuais normas do rêdito (IAS 11 e IAS 18) e vem clarificar os princípios de reconhecimento do rêdito, tornando consistente a sua aplicação às diversas transações e atividades económicas.
IFRS 16 - Locações	01-jan-19	Esta norma pretende substituir as atuais normas de locações (IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27) e vem clarificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgações das locações.
Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de ativo por imposto diferido em perdas não realizadas	01-jan-17	O objetivo desta alteração é clarificar a contabilização de um Ativo por imposto diferido numa perda não realizada, no âmbito de um instrumento de dívida mensurado ao justo valor.
Alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	01-jan-17	O objetivo desta alteração, que se insere no projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (<i>disclosure initiative</i>), é permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações decorrentes das atividades de financiamento. Para este efeito, esta alteração estabelece requisitos de divulgação adicionais quanto às atividades de financiamento.
Alterações à IFRS 15 - Rêdito de contrato com clientes	01-jan-18	Estas emendas vêm clarificar como os princípios estabelecidos na IFRS 15 devem ser aplicados.
Alterações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações	01-jan-18	Esta alteração vem clarificar algumas definições, nomeadamente, a definição de condições de aquisição e condições de mercado, por forma a assegurar a consistência na classificação dos pagamentos baseados em ações.
Alterações à IFRS 4 - Contratos de seguro	01-jan-18	Esta alteração vem clarificar os impactos contabilísticos das diferentes datas de aplicação efectiva da IFRS 4 e IFRS 9.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de setembro de 2016.

4 Informação por segmentos

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário, Telecomunicações.

O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	273.912	125.730	4.050	25.364	(25.222)	403.833
Inter-segmentos	569	327	46	24.281	(25.222)	-
Externas	273.343	125.403	4.004	1.083	-	403.833
Rendimentos de construção em activos concessionados	68.580	4.740	-	-	-	73.320
Gastos de construção em activos concessionados	(58.731)	(3.180)	-	-	-	(61.910)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	983	-	983
Fornecimentos e serviços externos	(29.432)	(15.486)	(1.197)	(10.950)	30.782	(26.283)
Gastos com pessoal	(15.787)	(5.982)	(185)	(15.610)	-	(37.563)
Outros gastos e rendimentos operacionais	8.640	1.603	(9)	1.417	(6.215)	5.436
Cash flow operacional	247.183	107.425	2.659	1.204	(655)	357.816
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.260	-	4.260
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(115.626)	(44.733)	-	(171)	-	(160.529)
Reversões / (reforços) de provisões	(319)	(3)	-	-	-	(322)
Imparidade	28	-	-	92	-	120
Resultados financeiros						
Rendimentos financeiros	6	10.896	24	122.520	(127.536)	5.911
Gastos de financiamento	(54.327)	(25.710)	(1)	(121.903)	127.940	(74.001)
Resultado antes de impostos	76.945	47.875	2.683	6.002	(251)	133.253
Imposto sobre o rendimento	(22.342)	(12.578)	(572)	(1.370)	-	(36.862)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(18.302)	(7.635)	-	-	-	(25.938)
Resultado líquido do período	36.301	27.661	2.110	4.632	(251)	70.453

Os resultados por segmento para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	264.088	128.836	4.317	28.171	(28.388)	397.025
Inter-segmentos	471	425	51	27.441	(28.388)	-
Externas	263.617	128.411	4.267	730	-	397.025
Rendimentos de construção em activos concessionados	65.283	80.207	-	-	-	145.490
Gastos de construção em activos concessionados	(55.075)	(78.394)	-	-	-	(133.469)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	534	-	534
Fornecimentos e serviços externos	(30.064)	(16.803)	(1.247)	(13.075)	36.402	(24.786)
Gastos com pessoal	(17.101)	(5.851)	(204)	(15.607)	-	(38.762)
Outros gastos e rendimentos operacionais	12.433	1.636	(329)	20.585	(8.015)	26.311
Cash flow operacional	239.565	109.632	2.537	20.609	-	372.343
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.387	-	4.387
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(112.962)	(43.275)	(7)	(173)	-	(156.417)
Reversões / (reforços) de provisões	(67)	345	-	(33)	-	245
Imparidades	-	-	-	(600)	-	(600)
Resultados financeiros						
Rendimentos financeiros	51	12.666	56	128.916	(135.686)	6.004
Gastos de financiamento	(55.553)	(26.476)	(1)	(134.209)	135.686	(80.553)
Resultado antes de impostos	71.034	52.892	2.586	18.896	-	145.409
Imposto sobre o rendimento	(10.669)	(14.156)	(594)	(2.935)	-	(28.354)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(18.203)	(7.242)	-	-	-	(25.445)
Resultado líquido do período	42.162	31.494	1.992	15.962	-	91.609

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	526.615	-	1.409.751	(1.936.365)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.600.766	1.181.278	-	485	-	3.782.529
Outros ativos	549.054	505.888	6.028	4.718.817	(4.991.928)	787.859
Total do ativo	3.149.820	2.213.781	6.028	6.129.053	(6.928.293)	4.570.388
Total do passivo	2.575.895	1.013.491	2.566	4.843.357	(4.991.928)	3.443.381
Total do investimento	68.643	4.740	-	-	-	73.383
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	63	-	-	-	-	63
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	68.580	4.740	-	-	-	73.320
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	12.784	-	12.784
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	2.787	-	2.787

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	536.982	-	1.495.291	(2.032.272)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.647.770	1.221.372	-	637	-	3.869.780
Outros ativos	454.256	508.041	6.891	4.162.452	(4.411.466)	720.173
Total do ativo	3.102.026	2.266.396	6.891	5.658.379	(6.443.739)	4.589.953
Total do passivo	2.513.407	1.050.103	2.991	4.273.631	(4.411.466)	3.428.664
Total do investimento	148.181	91.887	-	295	-	240.364
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	67	-	-	295	-	362
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	148.114	91.887	-	-	-	240.002
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	12.395	-	12.395
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	2.193	-	2.193

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 janeiro de 2016			Movimentos					30 setembro de 2016		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação do exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(103)	-	-	-	-	-	-	103	(103)	0
Edifícios e outras construções	27	(4)	23	-	-	-	(4)	-	27	(8)	19
Equipamento de transporte	1.038	(469)	569	57	(147)	-	(155)	103	948	(521)	427
Equipamento administrativo	302	(201)	102	6	(11)	-	(23)	11	297	(212)	85
	1.470	(776)	695	63	(159)	-	(182)	114	1.375	(843)	531
Ativos intangíveis:											
	1 janeiro de 2016			Movimentos					30 setembro de 2016		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos de concessão	7.212.146	(3.404.818)	3.807.329	620	(814)	20.522	(160.348)	755	7.233.228	(3.565.165)	3.668.063
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	61.756	-	61.756	72.701	-	(20.522)	-	-	134.457	-	113.934
	7.273.902	(3.404.818)	3.869.085	73.320	(814)	-	(160.348)	755	7.367.685	(3.565.165)	3.781.998
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.275.373	(3.405.593)	3.869.779	73.383	(973)	-	(160.529)	869	7.369.060	(3.566.009)	3.782.529

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2015			Movimentos					31 de dezembro de 2015		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(100)	2	-	-	-	(2)	-	103	(103)	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	27	-	-	(4)	-	27	(4)	23
Equipamento de transporte	1.330	(746)	585	267	(559)	-	(217)	493	1.038	(469)	569
Equipamento administrativo	257	(162)	95	68	(23)	-	(54)	15	302	(201)	102
	1.690	(1.008)	682	362	(582)	-	(276)	508	1.470	(776)	695
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.982.322	(3.197.824)	3.784.498	75.512	(2.151)	156.464	(209.026)	2.033	7.212.146	(3.404.818)	3.807.329
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	53.730	-	53.730	164.489	-	(156.464)	-	-	61.756	-	61.756
	7.036.052	(3.197.824)	3.838.228	240.002	(2.151)	-	(209.026)	2.033	7.273.902	(3.404.818)	3.869.085
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.037.742	(3.198.832)	3.838.910	240.364	(2.733)	-	(209.303)	2.541	7.275.373	(3.405.593)	3.869.779

As adições registadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 referem-se essencialmente aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade.

As adições verificadas em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalham-se como se segue:

	set 2016	dez 2015
Segmento eletricidade		
Construção de linha de 220KV e 400 KV	13.477	68.526
Construção de outras linhas	7.650	6.555
Construção de novas subestações	5.655	18.735
Ampliação de subestações	33.264	38.499
Outras remodelações em subestações	1.859	3.764
Sistema de informação e telecomunicações	3.929	6.427
Construção zona piloto - energia das ondas	155	317
Edifícios afectos à concessão	1.499	3.334
Outros ativos	1.092	2.023
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	3.572	7.374
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	498	10.763
Ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	71.451
Projectos construção e upgrade de operacionalidade - Instalações de GNL	669	2.299
Segmentos outros		
Outros ativos	63	295
Total das adições	73.383	240.364

As principais transferências nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalham-se como se segue:

	set 2016	dez 2015
Segmento eletricidade		
Construção de linha de 220 KV e 400 KV	-	58.052
Construção de outras linhas	6.690	403
Subestações novas	-	25.552
Ampliação de subestações	8.798	35.736
Outras remodelações em subestações	771	5.877
Sistema de informação e telecomunicações	905	6.605
Edifícios afectos à concessão	2.241	3.689
Outros ativos concessionados	218	1.292
Outros ativos	34	-
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	866	6.262
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	10.467
Projectos construção e upgrade de operacionalidade - Instalações de GNL	-	2.530
Total das transferências	20.522	156.464

Os ativos intangíveis em curso em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são conforme se segue:

	set 2016	dez 2015
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	45.257	30.819
Ampliação e remodelação de subestações	39.285	13.731
Projetos de novas estações	10.196	4.541
Outros projetos	4.807	1.999
Edifícios afectos à concessão	1.257	1.215
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	9.115	6.580
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	3.364	2.868
Projectos construção e upgrade de operacionalidade - Instalações de GNL	653	2
Total do ativo em curso	113.934	61.756

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso no período findo em 30 de setembro de 2016 ascenderam 2.088 milhares de Euros (2.054 milhares de Euros em 30 de setembro de 2015), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 9.321 milhares de Euros (9.966 milhares de Euros em 30 de setembro de 2015) (Nota 19).

O valor líquido dos ativos tangíveis e intangíveis em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, financiados através de contratos de locações financeiras, são detalhados como se segue:

	set 2016	dez 2015
Valor bruto	5.038	5.153
Amortizações e depreciações acumuladas	<u>(2.388)</u>	<u>(1.749)</u>
Valor líquido	<u>2.650</u>	<u>3.404</u>

6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a informação financeira relativa às participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos detidas detalha-se da seguinte forma:

Informação financeira											Fração de capital detida		
30 de setembro de 2016													
Empresa	Atividade	Sede Social	Capital social	Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rendimentos	Resultado líquido	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
Método da equivalência patrimonial:													
Associada:													
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	998	29.831	654	811	1.130	754	754	40	12.784	389
Empreendimento conjunto													
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	6.884	1.224	2.531	3	2.722	1.188	1.188	50	2.787	594
											15.571	983	
Informação financeira											Fração de capital detida		
31 de dezembro de 2015													
Empresa	Atividade	Sede Social	Capital social	Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rendimentos	Resultado líquido	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
Método da equivalência patrimonial:													
Associada:													
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	834	29.464	245	1.661	1.186	610	610	40 (a)	12.395	322
Empreendimento conjunto													
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	9.692	1.237	6.542	7	2.988	892	892	50	2.193	446
											14.588	768	

(a) A Empresa concedeu uma opção de venda de 5% desta participação

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de setembro de 2016 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2015	10.829
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	322
Outros	1.244
A 31 de dezembro de 2015	12.395
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	389
A 30 de setembro de 2016	12.784

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras do ano anterior, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de setembro de 2016 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2015	1.747
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	446
A 31 de dezembro de 2015	2.193
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	594
A 30 de setembro de 2016	2.787

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”), controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Outra informação financeira						
	30 de setembro de 2016						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/ rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.574	6	4	(380)	-	1	236
	Outra informação financeira						
	31 de dezembro de 2015						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/ rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	6.479	6	7	(93)	7	(2)	(108)

7 Imposto sobre o rendimento

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2016.

No exercício de 2016 e em conformidade com a Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 29,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de setembro de 2016 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 são detalhados como se segue:

	set 2016	set 2015
Imposto corrente	43.882	38.280
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(270)	(1.169)
Imposto diferido	(6.749)	(8.757)
Imposto sobre o rendimento	36.862	28.354

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	set 2016	set 2015
Resultado antes de impostos	133.253	145.409
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais positivas/(negativas)	-	30
Gastos não dedutíveis	369	1.768
Rendimentos não tributáveis	(11.722)	(9.100)
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	28.859	(2.650)
Provisões e imparidades	(57)	273
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	3.801	3.883
Obrigações de benefícios de reforma	(3.538)	(2.788)
Instrumentos financeiros derivados	9.754	-
Outros	(43)	627
Lucro tributável	160.677	137.451
Impostos sobre o rendimento	33.683	28.865
Derrama estadual sobre o lucro tributável	7.275	6.771
Derrama municipal	2.325	2.027
Tributações autônomas	600	617
Imposto corrente	43.882	38.280
Imposto diferido	(6.749)	(8.757)
Imposto diferido	(6.749)	(8.757)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(270)	(1.169)
Gasto com impostos sobre o rendimento	36.862	28.354
Taxa efetiva de imposto	27,7%	19,5%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	set 2016	dez 2015
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(42.978)
Pagamentos por conta	-	43.175
Retenções na fonte por terceiros	-	5.162
Imposto a receber	-	5.358
Imposto estimado	43.882	-
Pagamentos por conta	(24.903)	-
Retenções na fonte por terceiros	(2.569)	-
Imposto a pagar	16.410	-

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	set 2016	set 2015
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(2.986)	3.101
Passivos por impostos diferidos	9.735	5.656
	6.749	8.757
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	3.327	(2.643)
Passivos por impostos diferidos	(1.889)	3.544
	1.439	901
Impacto líquido dos impostos diferidos	8.188	9.658

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - setembro 2016

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2016	1.873	37.462	13.761	2.382	10.182	178	65.838
Aumento/reversão por capital	-	25	-	3.302	-	-	3.327
Reversão por resultados	-	(1.027)	(1.506)	-	(446)	(12)	(2.990)
Aumento por resultados	(1)	-	-	5	-	-	4
Movimento do período	(1)	(1.001)	(1.506)	3.307	(446)	(12)	341
A 30 de setembro de 2016	1.872	36.461	12.255	5.689	9.736	166	66.180

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2015

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2015	1.818	36.715	22.275	5.175	-	-	65.982
Aumento/reversão por capital	-	1.821	-	(2.793)	-	-	(972)
Reversão por resultados	(117)	(1.683)	(8.749)	-	-	-	(10.550)
Aumento por resultados	173	610	235	-	10.182	178	11.378
Movimento do período	56	747	(8.514)	(2.793)	10.182	178	(144)
A 31 de dezembro de 2015	1.873	37.462	13.761	2.382	10.182	178	65.838

Em 30 de setembro de 2016 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - setembro 2016

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2016	52.930	26.645	9	8.665	88.249
Aumento/reversão por capital	-	-	-	1.889	1.889
Reversão por resultados	(8.192)	(1.534)	(9)	-	(9.735)
Movimentos do período	(8.192)	(1.534)	(9)	1.889	(7.847)
A 30 de setembro de 2016	44.738	25.111	-	10.553	80.402

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2015

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2015	54.246	26.659	-	11.365	92.270
Aumento/reversão por capital	-	-	-	(2.700)	(2.700)
Reversão por resultados	(1.316)	(14)	-	-	(1.330)
Constituição por resultados	-	-	9	-	9
Movimentos do período	<u>(1.316)</u>	<u>(14)</u>	<u>9</u>	<u>(2.700)</u>	<u>(4.021)</u>
A 31 de dezembro de 2015	<u>52.930</u>	<u>26.645</u>	<u>9</u>	<u>8.665</u>	<u>88.249</u>

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 Ativos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Setembro de 2016

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	71.724	71.724	71.724
Cientes e outras contas a receber	10	432.428	-	-	-	-	-	432.428	432.428
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.340	12	1.352	1.352
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	155.446	-	-	155.446	155.446
Instrumentos financeiros derivados	11	-	38.484	-	-	-	-	38.484	38.484
Total ativos financeiros		432.428	38.484	-	155.446	1.340	71.736	699.434	699.434
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.601.043	2.601.043	2.689.380
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	290.969	290.969	290.969
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	16.410	16.410	16.410
Instrumentos financeiros derivados	11	-	21.303	2.408	-	-	-	23.711	23.711
Total passivos financeiros		-	21.303	2.408	-	-	2.908.422	2.932.133	3.020.470

Dezembro de 2015

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	63.652	63.652	63.652
Cientes e outras contas a receber	10	397.442	-	-	-	-	-	397.442	397.442
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.510	7	1.517	1.517
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	154.862	-	-	154.862	154.862
Imposto sobre o rendimento a receber	7	5.358	-	-	-	-	-	5.358	5.358
Instrumentos financeiros derivados	11	-	9.284	872	-	-	-	10.157	10.157
Total ativos financeiros		402.800	9.284	872	154.862	1.510	63.659	632.988	632.988
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.542.000	2.542.000	2.610.072
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	337.701	337.701	337.701
Instrumentos financeiros derivados	11	-	14.344	-	-	-	-	14.344	14.344
Total passivos financeiros		-	14.344	-	-	-	2.879.700	2.894.044	2.962.117

A rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados”, no montante de 1.340 milhares de Euros, corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “Luso Carbon Fund”, com um prazo de maturidade de dez anos, com o início em 2006.

Os empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,329% e 0,608% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo em 30 de setembro de 2016 é de 2.689.380 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 2.610.072 milhares de Euros), dos quais 418.352 milhares de Euros se encontram registados ao custo amortizado e incluem um elemento de justo valor resultante de movimentos na taxa de juro (em 31 de dezembro de 2015 era de 396.964 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de setembro de 2016, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	103.991	47.786	-	151.777
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	16.505	-	16.505
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	21.979	-	21.979
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	1.340	-	-	1.340
		105.331	86.270	-	191.601
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	418.352	-	418.352
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	21.303	-	21.303
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resulta	Derivados de negociação	-	2.408	-	2.408
		-	442.063	-	442.063
		105.331	(355.793)	-	(250.461)

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável

aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de setembro de 2016, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

9 Ativos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	set 2016	dez 2015
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	103.991	104.384
Med Grid SAS	Paris	França	8,00%	600	600
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	Maputo	Moçambique	7,50%	47.786	47.104
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	10,00%	208	208
MIBGAS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	202	-
				<u>155.954</u>	<u>155.463</u>
Imparidade					
Med Grid SAS				(508)	(600)
				<u>155.446</u>	<u>154.682</u>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	CORESO	MIBGAS	Total
1 de janeiro de 2015	3.167	600	41.572	99.104	62.530	-	-	206.973
Aquisições	-	-	-	-	-	208	-	208
Ajustamento de justo valor	-	-	5.532	5.279	748	-	-	11.559
Alienações	-	-	-	-	(63.278)	-	-	(63.278)
Perda por imparidade	-	(600)	-	-	-	-	-	(600)
31 de dezembro de 2015	3.167	-	47.104	104.384	-	208	-	154.862
1 de janeiro de 2016	3.167	-	47.104	104.384	-	208	-	154.862
Aquisições	-	-	-	-	-	-	202	202
Ajustamento de justo valor	-	-	682	(393)	-	-	-	289
Reversão de perda por imparidade	-	92	-	-	-	-	-	92
30 de setembro de 2016	3.167	92	47.786	103.991	-	208	202	155.446

A Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de setembro de 2016.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 a REN alienou a totalidade das ações detidas na Enagás, representativas de 1% do respetivo capital ao seu valor de mercado, pelo montante total de 63.278 milhares de Euros, tendo gerado uma mais-valia de 20.083 milhares de Euros (Nota 20).

A REN é detentora de 8% do capital social da Medgrid, SAS. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e

coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

Em 30 de setembro de 2016, a REN é ainda detentora de uma participação de 6,67%, adquirida no decorrer do primeiro semestre de 2016, do capital social do MIBGAS, S.A., sociedade gestora do mercado organizado de gás, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades de operador de mercado grossista de gás natural na Península Ibérica.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos nas empresas MedGrid, OMEL, Coreso e MIBGÁS e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a REN reconheceu uma perda por imparidade, no montante de 508 milhares de Euros, referente à participação financeira na Medgrid, S.A.S., derivado desta sociedade se encontrar em processo de dissolução.

Relativamente ao investimento detido na OMEL, Coreso e MIBGAS não existe na data de relato qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica “Reserva de justo valor” que em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 13)
1 de janeiro de 2015	60.313
Variação de justo valor	11.559
Alienações	(20.083)
Efeito fiscal	2.700
31 de dezembro de 2015	54.489
1 de janeiro de 2016	54.489
Variação de justo valor	289
Efeito fiscal	(1.889)
30 de setembro de 2016	52.890

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 os dividendos atribuídos ao Grupo foram como se segue:

	set 2016	set 2015
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	3.140	2.934
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	41	76
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	1.079	1.376
	4.260	4.387

Estes montantes foram reconhecidos em rendimentos financeiros na demonstração consolidada dos resultados, tendo sido recebidos 5.466 milhares de Euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (5.513 milhares de Euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015).

10 Clientes e outras contas a receber

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	set 2016			dez 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	239.784	155	239.939	184.253	155	184.409
Imparidade de clientes e contas a receber	(843)	-	(843)	(927)	-	(927)
Clientes - Valor Líquido	<u>238.941</u>	<u>155</u>	<u>239.096</u>	<u>183.326</u>	<u>155</u>	<u>183.482</u>
Desvios tarifários	55.917	116.538	172.455	72.302	133.521	205.823
Estado e Outros Entes Públicos	<u>20.878</u>	<u>-</u>	<u>20.878</u>	<u>8.137</u>	<u>-</u>	<u>8.137</u>
Clientes e outras contas a receber	<u>315.735</u>	<u>116.693</u>	<u>432.429</u>	<u>263.766</u>	<u>133.676</u>	<u>397.442</u>

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 68.685 milhares de Euros (57.787 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); (ii) da Galp, o qual ascende a 9.250 milhares de Euros (11.248 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015). e (iii) o montante a receber de 87.500 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.

No saldo das contas a receber de clientes, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 16.577 milhares de Euros (20.325 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 5.802 milhares de Euros (5.522 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015), relativos aos CMEC. Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	set 2016	dez 2015
Saldo inicial	(927)	(844)
Aumentos	-	(83)
Utilizações	56	-
Reversões	28	-
Saldo final	<u>(843)</u>	<u>(927)</u>

11 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nacional	30 de setembro de 2016			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	563 462 mEuros	776	-	2.184	19.119
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	15.728	-	-
		776	15.728	2.184	19.119
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000 mEUR	-	21.979	-	-
		-	21.979	-	-
Derivados de negociação	60.000 mEUR	-	-	-	2.408
Instrumentos financeiros derivados		776	37.708	2.184	21.526

	Nacional	31 de dezembro de 2015			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	569.231 mEUR	-	2.728	5.918	2.409
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	1.068	-	-
		-	3.796	5.918	2.409
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swap de taxa de juro	400.000 mEUR	-	5.489	-	6.017
		-	5.489	-	6.017
Derivados de negociação					
	60.000 mEUR	-	872	-	-
		-	872	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	10.157	5.918	8.426

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de setembro de 2016, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 2.012 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2015 era de 1.497 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em 30-09-2016	Justo valor em 31-12-2015
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	563 462 mEuros	EUR	[1,89%;2,77%]	[-0,30%;0,00%] (taxas variáveis)	[dez-2016; dez-2024]	(20.527)	(5.599)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 000 JPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	15.728	1.068
						(4.798)	(4.531)
Derivados designados como cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	400 000 mEuros	EUR	[-0,19%;0,20%]- taxas variáveis	[0,61%;1,72%]	[out-2020; fev-2025]	21.979	(529)
						21.979	(529)
Derivados designados como negociação							
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	taxas variáveis a fixar futuramente	[0,00%;0,99%]	2024	(2.408)	872
						(2.408)	-
					Total	14.774	(4.187)

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é apresentado no quadro seguinte:

Setembro de 2016

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	200.000	63.462	-	-	-	-	300.000	563.462
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	-	-	100.000	-	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	200.000	63.462	-	-	-	-	732.899	1.096.361

Dezembro de 2015

	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)	205.769	63.462	-	-	-	300.000	569.231
Swaps de taxa de juro e câmbio (cobertura de fluxos de caixa)	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro (cobertura de justo valor)	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	205.769	63.462	-	-	-	832.899	1.102.130

Swaps:**Cobertura de fluxos de caixa**

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

O nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 30 de setembro de 2016, de 563.462 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 569.231 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de setembro de 2016, é de 20.527 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2015 era de 5.599 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 30 de setembro de 2016 é de 15.728 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 1.068 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 30 de setembro de 2016, foi desfavorável no montante de 12.130 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do

instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 30 de setembro de 2015 foi desfavorável em 5.388 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira foi de 7.549 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 3.792 milhares de Euros positivos).

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 27.066 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 11.342 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2015	(24.644)	5.175	(19.468)
Varição de justo valor e ineficácia	13.302	(2.793)	10.509
31 de dezembro de 2015	(11.342)	2.382	(8.960)
1 de janeiro de 2016	(11.342)	2.382	(8.960)
Varição de justo valor e ineficácia	(15.724)	3.302	(12.422)
30 de setembro de 2016	(27.066)	5.684	(21.382)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 30 de setembro de 2016, de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 400.000 milhares de Euros). O risco correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. Em 30 de setembro de 2016, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro é de 21.979 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 529 milhares de Euros negativos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a alteração de justo valor da emissão de dívida relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 21.388 milhares de Euros negativos (em 30 de

setembro de 2015 era de 12.282 milhares de Euros positivos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 174 milhares de Euros positivos (em 30 de setembro de 2015 era de 3.134 milhares de Euros positivos).

Derivados de Negociação

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IAS 39, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é, à data de 30 de setembro de 2016, de 60.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de setembro de 2016, é de 2.408 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2015 era de 872 milhares de Euros positivos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um gasto de 3.280 milhares de Euros (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi registado um rendimento de 858 milhares de Euros).

12 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	set 2016	dez 2015
Caixa	21	-
Depósitos bancários	71.703	63.652
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	71.724	63.652
Descobertos bancários (Nota 14)	(12.764)	(113)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	58.960	63.539

13 Capital social e ações próprias

Capital social

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 30 de setembro de 2016, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Porcentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 315.789 milhares de Euros, inclui:

- Reservas legais: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de setembro de 2016 esta rubrica ascende a 106.800 milhares de Euros;
- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (52.890 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
- Reserva de cobertura - inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (21.382 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11;
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias (reservas livres), e (ii) variações de capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 30 de setembro de 2016 esta rubrica ascende a 177.482 milhares de Euros;

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

14 Empréstimos obtidos

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como se segue:

	30 setembro de 2016			31 dezembro de 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	30.000	1.487.841	1.517.841	330.000	1.205.719	1.535.719
Empréstimos bancários	48.108	521.494	569.601	57.860	560.627	618.487
Papel Comercial	339.000	171.500	510.500	236.000	129.000	365.000
Descobertos bancários (Nota 12)	12.764	-	12.764	113	-	113
Locações financeiras	1.105	1.215	2.320	1.183	1.883	3.066
	430.977	2.182.049	2.613.026	625.156	1.897.229	2.522.385
Juros a pagar - empréstimos	29.000		29.000	29.860	-	29.860
Juros pagos (antecipação)	(7.004)	(33.979)	(40.983)	(4.262)	(5.984)	(10.246)
Empréstimos	452.973	2.148.070	2.601.043	650.755	1.891.245	2.542.000

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	9.466	242.285	251.074	382.676	89.303	1.207.245	2.182.049
Dívida - Corrente	361.843	69.133	-	-	-	-	-	430.976
	361.843	78.599	242.285	251.074	382.676	89.303	1.207.245	2.613.026

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de setembro de 2016 é o seguinte:

30 de setembro de 2016					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante Inicial	Capital em Dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26-06-2009	26-06-2024	mJPY 10.000.000 (i)	mJPY 10.000.000	Taxa fixa (ii)	Semestral
16-01-2013	16-01-2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 120.000	Taxa variável	Trimestral
31-01-2013	31-01-2018	mEUR 300.000	mEUR 162.800	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual
17-10-2013	16-10-2020	mEUR 400.000	mEUR 267.755	Taxa fixa EUR 4,75% (ii)	Anual
12-02-2015	12-02-2025	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 2,50% (ii)	Anual
01-06-2016	01-06-2023	mEUR 550.000	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados swaps de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 1.050.000 milhares de Euros, estando disponíveis 539.500 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 650.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (505.283 milhares de Euros) por empréstimos do BEI - Banco Europeu de Investimento.

Em de junho de 2016, o Grupo procedeu a uma nova emissão obrigacionista no montante de 550.000 milhares de Euros com um cupão associado de 1,750% com vencimento em Junho de 2023 no âmbito do *Euro Medium Term Programme*. Esta emissão permitiu o refinanciamento, através de uma *Exchange Offer*, das seguintes emissões obrigacionistas:

- cerca de 137.200 milhares de Euros da emissão total de 300.000 milhares de Euros com vencimento em janeiro de 2018 emitidas em janeiro de 2013 com cupão associado de 4,125%;
- cerca de 132.245 milhares de Euros da emissão total de 400.000 milhares de Euros com vencimento em outubro de 2020 emitidas em outubro de 2013 com cupão associado de 4,750%.

O refinanciamento dos montantes das emissões obrigacionistas acima referidos não foi registado como um desreconhecimento dos passivos financeiros na medida em que os termos da nova emissão não foram substancialmente modificados.

O Grupo procedeu ao reembolso total do empréstimo com o *Bank of China* no montante de 10.000 milhares de Euros. Adicionalmente, acordou com o *Bank of China* uma nova linha de financiamento no montante global de 250.000 milhares de Euros, dos quais 10.000 milhares de euros encontram-se desembolsados.

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor existente, sobre emissões de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões relativa ao risco de taxa de juro, diretamente em resultados, no montante de 21.388 milhares de Euros negativos (em 30 de setembro de 2015 era de 12.282 milhares de Euros positivos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 62% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são detalhados como se segue:

	set 2016	dez 2015
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.120	1.245
Entre 1 e 5 anos	1.250	1.927
	2.370	3.172
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(50)	(106)
Valor atual do passivo das locações financeiras	2.320	3.066
	set 2016	dez 2015
Valor atual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.105	1.183
Entre 1 e 5 anos	1.215	1.883
	2.320	3.066

15 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como Outros benefícios). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	set 2016	dez 2015
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	83.376	86.890
Cuidados médicos e outros benefícios	42.390	42.327
	125.766	129.217

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	set 2016	set 2015
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	3.616	3.481
Cuidados médicos e outros benefícios	1.085	2.078
Plano de seguro de vida	-	13
Total de Gastos na demonstração dos resultados	4.701	5.572

Os valores reportados a 30 de setembro de 2016 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2015, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, considerando a estimativa de salários para o ano de 2016.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	set 2016	dez 2015
Taxa anual de desconto	2,00%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,80%	2,80%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0,00%	0,00%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	238 €	238 €
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	set 2016	dez 2015
Saldo inicial	6.888	7.316
Aumentos	322	1.444
Reversão	-	(1.746)
Utilizações	(379)	(126)
Saldo final	6.831	6.888
Provisão corrente	6.014	1.171
Provisão não corrente	817	5.717
	6.831	6.888

Em 30 de setembro de 2016 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 320 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	setembro 2016			dezembro 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 8)	101.601	-	101.601	122.467	-	122.467
Outros credores						
Credores diversos (Nota 8)	62.389	29.954	92.343	45.106	30.293	75.400
Desvios tarifários (Nota 8)	11.392	12.101	23.493	18.327	9.676	28.002
Fornecedores de investimento (Nota 8)	49.519	-	49.519	96.471	-	96.471
Estado e outros entes públicos (Nota 8) (i)	18.340	-	18.340	10.683	-	10.683
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	18.123	280.126	298.249	18.004	292.263	310.267
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 8)	5.673	-	5.673	4.677	-	4.677
Fornecedores e outras contas a pagar	267.037	322.181	650.774	315.735	332.232	647.967

(i) Os saldos de estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 41.497 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (38.363 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); (ii) o montante de 17.554 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (31.277 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); (iii) o montante de 16.577 milhares de Euros (20.325 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade); e (iv) o montante a faturar pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., de 5.802 milhares de Euros (5.522 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015), relativos aos CMEC, cujo movimento também foi refletido na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10). Esta última transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Em 30 de setembro de 2016, a rubrica “Credores diversos” inclui a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.938 milhares de Euros (Nota 25) (em 30 de setembro de 2015 era de 25.445 milhares de Euros).

18 Vendas e prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados é detalhado como se segue:

	set 2016	set 2015
Vendas de Materiais		
Mercado interno	201	532
	<u>201</u>	<u>532</u>
Prestação de Serviços		
Transporte de electricidade e gestão global do sistema	270.229	260.762
Transporte de gás natural	83.489	86.102
Regaseificação	26.636	25.713
Armazenamento de gás natural	15.276	16.522
Rede de telecomunicações	4.004	3.809
Margem do Agente Comercial - REN Trading	2.812	2.580
Outros	1.184	1.004
	<u>403.632</u>	<u>396.493</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>403.832</u>	<u>397.025</u>

19 Rendimentos e gastos de construção

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão.

O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	set 2016	set 2015
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	61.910	133.469
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	2.088	2.054
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	9.321	9.966
	<u>73.320</u>	<u>145.490</u>
 <u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	61.910	133.469
	<u>61.910</u>	<u>133.469</u>

20 Outros rendimentos operacionais

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	set 2016	set 2015
Reconhecimento de subsídios ao investimento	13.592	13.500
Proveitos suplementares	1.200	1.047
Mais-valia na alienação da Enagás (Nota 9)	-	20.083
Outros	528	1.239
	15.320	35.869

21 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 apresentava o seguinte detalhe:

	set 2016	set 2015
Comissões a entidades externas i)	5.969	5.991
Custos de manutenção	5.477	5.531
Custos com energia eléctrica	3.210	3.270
Custos com seguros	2.395	2.312
Subcontratos de transporte de gás	2.249	2.083
Custos de interligação - "cross border" ii)	1.627	-
Vigilância e segurança	1.246	1.238
Combustíveis e outros fluídos	982	1.221
Deslocações e estadas	885	767
Custos com publicidade e comunicação	661	695
Outros (inferiores a 500 milhares de Euros)	1.581	1.678
	26.283	24.786

- i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.
- ii) Os custos de interligação - *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

22 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” é detalhada da seguinte forma:

	set 2016	set 2015
Remunerações		
Órgãos sociais	1.768	1.827
Pessoal	24.392	24.317
	<u>26.160</u>	<u>26.144</u>
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	4.701	5.572
Encargos sobre remunerações	5.373	5.444
Custos de acção social	83	152
Outros	1.246	1.449
	<u>11.404</u>	<u>12.618</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>37.563</u>	<u>38.762</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	set 2016	set 2015
Custos de funcionamento da ERSE i)	7.305	6.907
Donativos	108	42
Impostos	745	652
Quotizações	870	900
Outros	605	520
	<u>9.633</u>	<u>9.021</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	set 2016	set 2015
Gastos de financiamento		
Juros suportados	69.798	79.557
Instrumentos financeiros derivados	3.280	704
Perdas em outros ativos financeiros	170	-
Outros gastos financeiros	754	293
	74.001	80.553
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	3	1.951
Instrumentos financeiros derivados	5.882	4.012
Ganhos em outros ativos financeiros	26	42
	5.911	6.004

25 Contribuição extraordinária sobre o setor energético

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Setor energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro, para os exercícios de 2015 e 2016, respetivamente.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2016 (1 de janeiro de 2016) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de Janeiro de 2016) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determináveis, a REN reconheceu um passivo no

montante de 25.938 milhares de Euros (Nota 17) (no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 foi de 25.445 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

26 Resultado por ação

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		set 2016	set 2015
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	70.453	91.609
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	<u>530.118.626</u>	<u>530.118.626</u>
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,13	0,17

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

27 Dividendos por ação

No dia 13 de abril de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2015, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

A distribuição de dividendos, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2014, ascendeu a 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação). O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

28 Garantias prestadas

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	set 2016	dez 2015
BEI	Para garantir empréstimos	286.558	310.419
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.152	2.152
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	205	205
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsidio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	153	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	87
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	79	84
GSE - Georgian State Electrpsystem JSC	Contrato de Prestação de Serviço	57	28
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	15	511
Câmara Municipal de Lisboa	Garantir a suspensão da cobrança da Taxa Municipal de Protecção Civil de Lisboa	9	-
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão de processo de execução	2	2
Alrisa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Contrato de arrendamento urbano	-	15
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	-	2.000
		317.215	343.553

29 Partes relacionadas

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	set 2016		dez 2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.370.665	5,31%	28.370.665	5,31%
The Capital Group Companies, Inc.	26.792.304	5,02%	-	-
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Great-West Lifeco, Inc.	10.980.987	2,06%	-	-
Gestmin, SGPS, S.A.	i)	i)	32.040.000	6,00%
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	196.967.335	36,89%	202.700.626	37,96%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

i) A sociedade Gestmin, SGPS, S.A. deixou de deter uma participação qualificada.

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

No decorrer do primeiro semestre de 2016, a sociedade Gestmin, SGPS, S.A. (Gestmin), titular de participação e parte relacionada com Manuel Champalimaud, membro do Conselho de Administração da REN até 31 de maio de 2016, informou sobre a alienação de um total de 19.499.715 ações representativas do capital social da REN.

Adicionalmente, Jorge Magalhães Correia, membro do Conselho de Administração da REN, em virtude do exercício de membro dos órgãos sociais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade), titular de participação qualificada, e da sua subsidiária Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (Multicare), informou sobre a transação de compra de 200.000 obrigações da REN, pela Fidelidade, e de venda de 600.000 e 53.500.000 obrigações da REN pela Multicare e Fidelidade, respetivamente.

Em de julho de 2016, o Vogal do Conselho de Administração da REN, Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia, comunicou à REN a realização da operação de venda 9.000 obrigações da REN. Com a operação enunciada, Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia, não detém qualquer obrigação ou ação da REN.

Em de setembro de 2016, o Vogal do Conselho de Administração da REN e Presidente da Comissão de Auditoria da REN, Manuel Ramos de Sousa Sebastião, comunicou à REN a realização da operação de aquisição de 2.000 ações da REN. Com a concretização desta operação, Manuel Ramos de Sousa Sebastião, detém 7.000 ações da REN.

Para além das transações mencionadas, não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2015.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN, SGPS ascenderam a 1.768 milhares de Euros (1.827 milhares de Euros em 30 de setembro de 2015) conforme quadro abaixo:

	set 2016	set 2015
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	1.768	1.827
	1.768	1.827

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	set 2016	set 2015
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	850.331	686.561
Faturação emitida - OMP	-	2
Faturação emitida - REE	973	2.393
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	95	138
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Dividendos - REE	3.140	2.934
	<u>854.539</u>	<u>692.028</u>

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Elétrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como uma transação de agente cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	set 2016	set 2015
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - EDP	319.100	277.696
Faturação recebida - REE	5.295	3.624
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	53	64
	<u>324.448</u>	<u>281.383</u>

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	set 2016	dez 2015
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	78.953	71.637
EDP - cauções	155	155
EDP - outros devedores	864	1.416
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	8	116
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	7	8
REE - clientes	53	148
	80.041	73.481
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	2.590	8.945
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	-	2
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	6	6
REE - fornecedores	775	1.188
	3.371	10.141

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

30 Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira não ocorreram eventos que dessem origem a ajustamentos ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa do período findo em 30 de setembro de 2016.

O Contabilista Certificado

Susana Neves

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Longhua Jiang
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e contas (3º Trimestre de 2016) foram rubricadas pela Secretária da Sociedade, Marta Almeida Afonso, e pela Contabilista Certificada, Susana Neves.